

AUGUSTO CÉSAR PIRES DE LIMA,

UM EXEMPLO VIVO PARA O NOSSO TEMPO

— No 20.º aniversário da escola de que é patrono*

Francisco Topa

Começo por agradecer o convite para associar-me a uma das várias manifestações de homenagem a Pires de Lima que esta escola tem previstas. Se esse convite me deixou feliz – pela oportunidade que me dava de ler melhor a tão interessante quanto vasta e diversificada obra de um dos grandes trabalhadores da cultura portuguesa da primeira metade deste século –, não evitou contudo que ficasse algo apreensivo, perante a responsabilidade do tema, como perante a especificidade do contexto – justamente uma das casas do homenageado. Seria por certo preferível que o significado desta evocação encontrasse correspondência na voz de alguém mais experiente e com uma preparação mais sólida e mais vasta do que a minha. Não sendo esse o caso, procurarei cumprir o melhor possível o encargo que gosto-

* Com algumas modificações, este texto retoma a conferência proferida pelo autor a 18 de Fevereiro de 1993 na Escola Preparatória do Dr. A. C. Pires de Lima e publicada nesse ano pela mesma escola. O opúsculo foi publicado em 1993 (Porto, Câmara Municipal do Porto e Junta de Freguesia do Bonfim).

samente assumi, esforçando acima de tudo por transmitir a admiração que tenho pela obra do Dr. Augusto César, e bem assim a convicção de que não há motivos que justifiquem a quase generalizada indiferença a que tem estado votada nas últimas décadas.

E a oportunidade para essa tentativa vem a ser a passagem do 20.º aniversário desta escola, colocada sob o seu patrocínio por proposta da Câmara Municipal do Porto, que assim terá pretendido perpetuar o agradecimento da cidade a quem sempre dera provas de ser um digno tripeiro adoptivo.

Efectivamente, embora Pires de Lima fosse natural da freguesia de S. Tiago de Areias, Santo Tirso, viveu a maior parte da sua vida no Porto. Foi também aqui que – depois de devidamente habilitado para o magistério e uma vez concluído o curso de Direito – iniciou, em 1905 e no então Liceu Central, a sua carreira de professor. Foi ainda na cidade invicta que integrou durante quase vinte anos a Junta de Província do Douro Litoral, no âmbito da qual viria a presidir à Comissão de Etnografia e História, assim como à revista e ao museu que, em grande parte por iniciativa sua, viriam a ser criados. Foi finalmente aqui que foi escrita e publicada uma boa parte da sua obra, a que aliás o Porto serviu de tema diversas vezes.

Será pois no sentido de – modestamente – contribuir para a actualização desse símbolo do patrocínio, que depende menos de um ofício circunscrito como este que de um ritual capaz de se incorporar ao quotidiano da escola, que irei tentar mostrar como está vivo e pode permanecer fecundo o perfil de professor, filólogo e etnógrafo de Augusto César Pires de Lima.

Começando pela primeira dessas três facetas principais do homenageado – que, no fundo, se articulam numa unidade indivisível –, creio que devemos reconhecer que o seu desempenho como professor se impõe cada vez mais como verdadeiramente exemplar. Com efeito, num tempo como o nosso, em que o ensino

parece passar por uma fase de indefinição, de falta de credibilidade, de apática resignação, a postura de Pires de Lima continua a ter algo para nos dizer.

Desde logo pelo facto de a carreira docente se ter revelado para ele como uma verdadeira vocação. Como ficou dito, Augusto César era formado em Direito, um curso que faria esperar outro destino profissional que não o de professor. No entanto, frequentando ainda o curso jurídico, e com apenas vinte anos, submeteu-se com êxito a difícil concurso para o magistério liceal e técnico. É possível que tenham pesado nessa decisão razões de ordem financeira, como é possível aliás que a tradição familiar não tenha deixado de exercer alguma influência. De qualquer das formas, e embora tenha chegado a advogar em simultâneo, o certo é que Pires de Lima se entregou à docência com verdadeiro espírito de missão, revelando-se um pedagogo no verdadeiro sentido do termo, o que lhe permitiu colher a admiração e a estima de colegas e alunos.

Por outro lado, teve sempre uma visão alargada das tarefas do professor. Logo na segunda etapa da sua carreira – cumprida em Vila Real, entre 1906 e 1914 – dedicou-se à organização da biblioteca do respectivo liceu, desempenhando ainda o cargo de reitor. Este espírito de dedicação não se alteraria com o seu regresso ao Porto, altura em que se fixa – até à aposentação, em 1952 – no Liceu de Rodrigues de Freitas, chegando a trabalhar também na Escola Comercial de Oliveira Martins, na Escola de Mouzinho da Silveira e na Escola do Infante D. Henrique, presidindo à direcção desta última em momento bem difícil.

Recusando-se a ser um mero funcionário, pautou sempre a sua conduta por princípios éticos e deontológicos inabaláveis, mesmo quando os riscos eram óbvios. A título de mera ilustração, atente-se numa passagem de uma conferência que fez a 2 de Maio de 1941, na qual – dando conta das inúmeras deficiências e ilegalidades que teve de enfrentar ao assumir a direcção da Escola do Infante D. Henrique – relata e comenta o seguinte episódio:

Um dia [o antigo director] consegue a visita do Presidente da república, Dr. Teixeira Gomes, que sobe as escadas acompanhado de um séquito vistoso, onde não faltavam as fardas de grande gala, debaixo de uma chuva de flores lançadas pelas alunas, vestidas a capricho.

Naquele delírio de vivas, por entre as pétalas e as bandeiras, não era fácil descortinar a miséria que reinava no edifício. Como os governantes se deixam enganar quando inspeccionam, não à maneira dos visitantes antigos, que apareciam de surpresa nas freguesias, e aos quais não escapava o mínimo pormenor, mas só para receber homenagens, tantas vezes enganadoras e traiçoeiras¹.

Repare-se também no modo como, em tempos que não podem ser comparados aos nossos, equacionava os objectivos da educação:

Os professores têm de educar as crianças, tornando-as obedientes e respeitosas, mas a obediência e o respeito não excluem o espírito de observação, o carácter independente, numa palavra, a personalidade.

Nós temos de servir a Nação, sim, mas não como escravos. Os nossos serviços devem ser prestados sob o imperativo da consciência, robustecida pelo conhecimento da história e do exemplo vindo de cima.

De contrário, em vez de verdadeiro patriotismo, em vez de um povo, teremos um rebanho de criaturas, manobradas pelo cajado do pastor, umas de olhos fechados e outras de olhos baixos, mas com a revolta a lavar no íntimo².

Veja-se ainda a forma como se opunha a uma planificação educativa centralista, empenhada em impor a unidade sem respeito pela diversidade:

¹ *O Papel do Professor da Instrução Primária*, Porto, 1942, p. 6.

² *Ibid.*, p. 9.

A escola num meio rural, não pode ter os mesmos programas daquela que funcione num meio urbano³;

Quero ver até uma contradição entre a apologia das aldeias mais típicas de Portugal e a defesa de um único livro distribuído desde o norte até ao sul, do leste a oeste, sem respeito pelas características locais⁴.

Outro aspecto importante da actividade docente de Pires de Lima tem a ver com o profícuo trabalho que realizou no domínio da edição de clássicos da literatura portuguesa, bem como na elaboração de manuais e de selectas literárias.

Com efeito, aplicando os seus sólidos conhecimentos filológicos e literários, reviu, anotou – e, com frequência, elaborou também prefácios e glossários –, desde muito cedo, e tanto para colecções do tipo popular quanto para colecções dirigidas a um público erudito, cerca de três dezenas de textos de literatura portuguesa, entre os quais encontramos nomes como Gil Vicente, Garrett, Camilo, Júlio Dinis e tantos outros.

Atendendo à vastidão do trabalho e à complexidade da matéria, compreende-se que o autor nem sempre tenha sido completamente feliz. Deixemos de lado outros aspectos, em parte explicáveis pelo objectivo de divulgação que estava subjacente à maior parte dessas edições e consideremos – a título meramente exemplificativo – o caso do primeiro de dois textos da *História Trágico-marítima* publicados por Augusto César: *Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho, vindo do Brasil para este reino no ano de 1565*⁵. O problema para que gostaria de chamar rapidamente a atenção diz respeito à autoria, que o editor atribui a Bento Teixeira Pinto, provavelmente induzido por Bernardo Gomes de Brito, depois

³ *Ibid.*, p. 17.

⁴ *Ibid.*, p. 39.

⁵ Prefácio, notas e glossário por A. C. Pires de Lima, Porto, Domingos Barreira, 1938.

seguido por Diogo Barbosa Machado. Acontece porém que Bento Teixeira Pinto é uma invenção do autor da *Biblioteca Lusitana*, depois largamente repetida; em seu lugar, existiu sim um Bento Teixeira, natural do Porto e não de Pernambuco, autor de uma única obra – *Prosopopeia*, um poemeto épico publicado em Lisboa, em 1601, dirigido a Jorge de Albuquerque Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco. O *Naufrágio*, que é o que directamente nos interessa, foi escrito pelo piloto Afonso Luís, auxiliado na revisão do texto por António de Crasto, homem de letras e mestre de D. Duarte, conforme se vê pela edição de 1601, em que esse texto foi impresso juntamente com a referida *Prosopopeia*.

De qualquer forma, falhas como esta não afectam a qualidade do trabalho desenvolvido pelo homenageado no domínio da edição de textos clássicos, pelo que são inteiramente justas as seguintes palavras de Pinharanda Gomes:

Como importa memorar, Augusto César Pires de Lima, tanto pela idade como pelo trabalho produzido, inclui-se entre os primeiros preparadores de textos clássicos para o ensino liceal, aparecendo desde logo (1923) no grupo dos especialistas convidados pela ‘Renascença Portuguesa’. Nascido em 1883, é, portanto da primeira geração de antologiadores, cabendo-lhe o direito de ser situado entre os mestres primordiais da arte de ler. O predicado cabe-lhe tanto em função crónica, como em função produtiva⁶.

Quanto a manuais e selectas literárias, preparou – em colaboração com Carlos Santos – compêndios de leitura de Francês, e sobretudo compêndios de língua e literatura portuguesas, dirigidos a diversos níveis de ensino (primário, secundário, comercial), revelando sempre sentido didáctico, escrúpulo e bom gosto, o que justifica o sucesso alcançado.

⁶ «Augusto César Pires de Lima (1883-1959) e a Etnolinguística», in *Nova Renascença*, vol. 3, n.º 2, Verão de 1983, pp. 237-238.

No entanto, se olharmos para esses manuais com olhos de hoje, não deixaremos de notar os efeitos da passagem do tempo – sobretudo ao nível da orientação didáctica e ideológica –, ainda que tenhamos de reconhecer a responsabilidade maior dos programas oficiais nessa orientação. De qualquer modo, o sentido de equilíbrio revelado pelo autor ajuda a ultrapassar esses condicionalismos, pelo que a sua consulta ou até a sua utilização continuam não sendo descabidas.

A título de exemplo, veja-se o *Livro de Leitura para o Ensino Comercial – Primeiro e segundo ano*⁷, marcado por uma bem conseguida conciliação entre a chamada literatura culta e a chamada literatura popular, entre o texto literário e o excerto ensaístico ou o simples apontamento informativo. As honras de abertura são concedidas ao conto popular, através de um texto previsível: «Filho és, pai serás; assim como fizeres, assim acharás». Encontramos depois – de forma alternada – canções de berço e cantigas populares (acompanhadas de partitura), provérbios, outros contos populares, fábulas (de Bocage e João de Deus), páginas de história pátria, textos sobre as regiões de Portugal, sobre as árvores mais características, sobre festas populares, sobre rios, a par de textos literários como a hoje indispensável «Balada da Neve», de Augusto Gil. No fundo, estamos perante um bom retrato da personalidade e do pensamento do autor.

Para concluir esta breve digressão pelas principais facetas da actividade docente do Dr. Pires de Lima, nada melhor que recorrer às palavras que ele próprio usou para encerrar uma conferência anteriormente referida:

Defender a causa do ensino com mais saber e com mais inteligência do que eu é muito fácil; defendê-la, porém, com mais franqueza, com mais amor, com mais espírito de sacrificio parece-me impossível⁸.

⁷ Porto, 1935.

⁸ *O Papel do Professor da Instrução Primária*, ed. cit., p. 53.

Mas, como todos certamente saberão, Pires de Lima não se destacou apenas como professor. Homem de acção, dotado de grande inteligência e cultura, revelou-se um polígrafo notável, o que explica a vastidão da sua obra restante: cerca de uma centena de opúsculos sobre etnografia, filologia e história; perto de três dezenas de artigos sobre problemas agrícolas e interesses regionais; outros tantos sobre temática muito variada; e ainda cerca de uma dezena de conferências inéditas e um livro de poesia.

Felizmente para nós, o essencial desta obra – que se distribui por uma série considerável de revistas, boletins e jornais – foi reunido pelo autor nos seis avançados tomos dos *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, publicados entre 1947 e 1951 com o apoio generoso da Junta de Província do Douro Litoral.

De orientação essencialmente prática, esses ensaios abrangem uma gama muito diversificada do saber – da literatura culta à literatura oral, passando pela linguagem popular, a medicina tradicional, as crenças e superstições, a arte popular e o artesanato, as técnicas agrícolas, as plantas, a arqueologia, as habitações, os jogos e brinquedos, revelando assim um entendimento largo da etnografia e o denodado esforço de obtenção de um retrato completo do *ethos* português.

Com as devidas distâncias, talvez pudesse ser aplicada a Pires de Lima a seguinte passagem da *Correspondência de Fradique Mendes*:

Com efeito nessa saudade de Fradique pelo Portugal antigo, havia amor do pitoresco, estranho num homem tão subjectivo e intelectual; mas sobretudo havia o ódio a esta universal modernização que reduz todos os costumes, crenças, ideias, gostos, modos, os mais ingénuos e mais originalmente próprios, a um tipo uniforme (representado pelo *sujeito utilitário e sério* de sobrecasaca preta) – com a monotonia com que o chinês apara todas as árvores dum jardim, até lhes dar a forma única e dogmática de pirâmide ou de vaso funerário. Por isso Fradique em Portugal amava sobretudo o povo – o povo que não mudou, como não

muda a Natureza que o envolve e lhe comunica os seus caracteres graves e doces. Amava-o pelas suas qualidades e também pelos seus defeitos: – pela sua morosa paciência de boi manso; pela alegria idílica que lhe poetiza o trabalho; pela aquiescência à vassalagem com que depois do *senhor Rei* venera o *senhor Governo*; pela sua doçura maviosa e naturalista; pelo seu catolicismo pagão, e carinho fiel aos deuses latinos, tornados santos calendares; pelos seus trajos, pelos seus cantos... Amava-o ainda (diz ele) pela sua linguagem tão bronca e pobre, mas a única em Portugal onde não se sente odiosamente a influência do Lamartinismo ou das *Sebentas* do Direito Público.

Mas talvez seja preferível ceder a palavra ao próprio Pires de Lima, que, numa conferência realizada em 1940, e subordinada ao tema «O Folclore», assim exprimiu essa sua paixão pelo campo:

São tão graciosos, tão suaves, tão belos os campos de Portugal! E tão harmoniosa a vida que neles palpita.

Para pintar com cores essa beleza eu tinha de ser pintor, e não o sou; para descrever o movimento da lavoura e de todas as artes que giram em volta dela, preciso me era uma pena e eu não sou poeta nem prosador.

Para se compreenderem, porém, os nossos campos e as nossas terras, para a gente se extasiar perante os seus encantos, bastam, graças a Deus, olhos que vejam e uma alma que sinta.

Ora eu tenho olhos capazes de ver e uma alma susceptível, para sentir, mas não me concedeu a Providência o dom de irradiar à minha volta o fogo de simpatia pela terra, que em mim ardeu sempre e que só poderá extinguir-se quando a alma se desprender do corpo, quando eu ‘passar’, para me servir de um termo do povo, tão belo e tão expressivo⁹.

⁹ «O Folclore», in *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, vol. I, Porto, 1947, pp. 14-15.

Perfeitamente clara quanto à questão em causa, esta citação revela porém uma modéstia excessiva, se levarmos em conta duas qualidades suplementares sempre evidenciadas por Pires de Lima: a facilidade de comunicação e a capacidade de motivar esforços, de formar colaboradores, de constituir equipas.

O primeiro aspecto é confirmado pela opinião decisiva do etnógrafo brasileiro Luís da Câmara Cascudo, em artigo citado por António Pedrosa Pires de Lima no *In Memoriam do Dr. Augusto César Pires de Lima*¹⁰:

Seus estudos são páginas quentes e de encanto imediato da sedução legítima da natureza. Todos nós encontramos elementos de interesse e palpitação autêntica do complexo social, não reduzido ao sistema ósseo da estilização ‘técnica’ ou filtragem que determina a evaporação do saber autêntico do convívio colectivo.

O segundo aspecto é confirmado por Pinharanda Gomes em passagem de um artigo já citado:

Teve, no decurso dos anos, ensejo de catalizar, para acções consequentes no plano da Historiografia e da Etnografia, personalidades que, avulsas ou separadas, faziam, cada uma, o seu trabalho. Foi às iniciativas institucionais e culturais – Museu, Revista, Congressos – que se ficou devendo a junção e a colaboração de personalidades e de autores tão variados e distintos como Cláudio Basto, Pedro Vitorino, Virgílio Pereira, Rebelo Bonito, Eugénio Andrea da Cunha Freitas, Armando de Matos, P. Serafim das Neves, Gonçalo Sampaio (...). Com estes, e outros, Augusto César Pires de Lima fez, à sua conta, metade da história da Etnografia Portuguesa entre os anos de 1940 e 1956¹¹.

¹⁰ Porto, Porto Editora, 1983, p. 52.

¹¹ *Op. cit.*, pp. 229-230.

Ora, no centro desse sentimento da ruralidade estava, a par de outros, o amor pela linguagem e pela literatura populares, como claramente escreveu o próprio Pires de Lima em 1940, numa comunicação intitulada «A indústria agrícola como elemento da vida da Nacionalidade»:

(...) sendo a língua o elemento mais sólido de uma verdadeira Nacionalidade, não podemos esquecer a contribuição dada pelo povo para o português se formar e adquirir a independência; o folclore precede a vida erudita e lidar com os nossos serranos ou com os camponeses é descobrir os fios que nos levam às instituições, aos usos e costumes dos antepassados; finalmente os nossos melhores escritores, aqueles que simbolizam as qualidades da raça, procuram e exaltam a fonte popular¹².

É justamente levando em linha de conta este ideário que poderemos apreciar a única obra poética do autor, um livrinho de meia centena de páginas, intitulado *Evocações* e publicado em 1920¹³, em cujo prólogo o autor explica a sua fonte de inspiração, ao mesmo tempo que reconhece as suas limitações artísticas:

Recordações, saudades, crenças populares, lendas e casos de uma das mais belas terras de Portugal, mereciam bem um cronista mais inspirado e favorecido pela Natureza.

Trata-se de uma obra constituída por romances, sonetinhos e cantigas, podendo a qualidade dos textos ser aferida pelo modo – exótico ou endótico – como o autor se aproxima da fonte popular.

¹² In *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, vol. I, Porto, 1947, p. 149.

¹³ Porto, Livraria Moderna.

Para a primeira modalidade, sirva de exemplo o seguinte sonetinho:

À tardinha

De cor de fogo e violeta,
Se tinge o céu ao poente;
Pelo ar se filtra, dolente,
Uma luz triste, discreta...

Dando os longes de um cometa,
Esvaindo lentamente,
Uma nuvem de ouro ardente
Dos montes transpõe a meta...

Toca o sino: Avé, Maria...
Dos campos regressa o gado,
Olhos grandes a cismar...

Na boca a prece cicia...
E os ralos no seu trilado
Convidam a descansar...

Conforme se observa facilmente, o poema está de acordo com o título da obra e com a linha apontada no prefácio. Com efeito, estamos perante a tentativa de reconstituição – num ambiente de saudade lânguida – da atmosfera romântica de um certo campo. No entanto, e apesar da opção pelo sonetinho, o texto flui de modo excessivamente monótono, sensação para que contribui também a convencionalidade do quadro, das imagens ou da adjectivação.

Maior interesse apresentam as cantigas, autênticas quadras ao gosto popular. Sirva de exemplo a seguinte, apoiada num símile curioso, posto que não propriamente inédito:

O pardal é brincalhão,
Aos saltinhos, a picar;
Assim é teu coração
Anda sempre a variar.

Para terminar, proporia uma rápida reflexão sobre a questão da literatura oral no contexto da escola, já porque é essa a circunstância em que nos encontramos, já porque se trata de um problema que, devidamente solucionado, poderia constituir um modo de continuar aquela que parece ser a grande mensagem do patrono desta escola: a necessidade de manter viva a chama da tradição.

De modos diferentes e com intenções diferentes, a escola nunca ignorou por completo a literatura oral, como – de uma forma mais geral – nunca ignorou o chamado folclore, estando bem consciente da sua utilidade didáctica em áreas que vão da língua portuguesa à história, passando pela música, pelos trabalhos manuais ou pela educação física.

No que respeita especificamente à literatura oral, a escola pode desempenhar – e vem desempenhando – um papel de certa importância na reconciliação de cada aluno, enquanto indivíduo e enquanto cidadão, com essa parte fundamental do nosso património comum. Um património com que entramos em contacto praticamente desde o momento em que nascemos – através das canções de embalar que as mães continuam a cantar –, um património que nos ajuda a crescer, que nos ajuda a dominar a língua, que nos ajuda a desenvolver determinadas facetas do raciocínio e da sensibilidade, que nos inculca determinados valores, aproximando-nos de alguns dos aspectos que definem a condição de ser português.

Acontece que a relação da maior parte de nós com esse património está marcada por uma série de equívocos. Com efeito, se é verdade que esse vasto mundo – a que pertencem as rimas infantis, os contos populares, os romances tradicionais, os provérbios, as adivinhas, as anedotas, o teatro popular – em momento algum da nossa vida (independentemente da condição sócio-cultural de cada um) nos chega a ser completamente estranho, não é menos verdade que essa relação tende a esbater-se à medida que vamos crescendo e à medida que vamos deixando que a cultura oficial assuma um peso cada vez mais forte na nossa formação, impondo assim um divórcio de que raramente somos capazes de recuperar.

É justamente aqui que a escola pode desempenhar uma função importante, acompanhando uma tendência que se vem esboçando nos últimos anos. À medida que uma planificação educativa excessivamente centralista e dirigista vai cedendo lugar a uma orientação que procura estar atenta ao meio regional em que cada escola se insere, a atenção e a valorização da chamada cultura popular tende a aumentar. Por outro lado, em particular nos primeiros níveis de escolaridade, a literatura oral tem sido cada vez mais chamada para dentro da sala de aula. Isso tem acontecido sobretudo com as rimas infantis, mas contempla também outras modalidades, como o conto popular. Por outro lado ainda, os trabalhos da área-escola têm vindo a permitir com uma certa frequência o contacto – tanto ao nível da recolha como ao nível do estudo – dos alunos com algumas das vertentes da literatura e da cultura popular.

Mesmo assim, estamos longe de ter atingido um estágio satisfatório, pelo que devemos continuar a trabalhar no sentido de conseguir um diálogo mais intenso entre estes dois mundos, o culto e o popular. Para isso, bastará que cada professor – em particular o de Português – esteja atento, conheça esse património, reflita sobre ele e tenha a dose de sensibilidade e de percepção crítica que lhe permita perceber os seus motivos de interesse e as suas virtualidades. Bastará que saiba, por exemplo, que dificilmente encontrará melhor exemplo para o conceito de imagem

do que aquele que nos apresenta a seguinte adivinha, antologada por Pires de Lima:

Qual é a coisa, qual é ela:

Terra branca,

Semente preta,

Cinco bois à labareta?¹⁴

Ou que saiba que, para ilustrar o conceito de homonímia, talvez não haja melhor que uma anedota:

– Sabes que agora já se pode fumar nas igrejas?

– Ah!?

– ... desde que não se esmague as beatas.

E com isto termino, esperando ter mostrado que Pires de Lima deve continuar a ser tido como um exemplo válido, que apenas nos exige o pequeno esforço de repensarmos o seu trabalho e a sua obra à luz do nosso tempo.

¹⁴ Augusto César Pires de Lima, *O Livro das Adivinhas*, 5.^a ed., Porto, Domingos Barreira, d. l. 1990, p. 26.